

**Proximidade e escuta do outro: desafios metodológicos para a produção
partilhada de conhecimento em Sociomuseologia¹**

Juliana Maria de Siqueira²

Esta comunicação partilha algumas explorações de cunho teórico-metodológico realizadas na investigação de doutorado “A Educação Museal na perspectiva da Sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação”, em desenvolvimento desde 2015 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa, com orientação de Judite Santos Primo e Mário de Souza Chagas. A pesquisa busca responder à questão sobre a especificidade dos processos educativos realizados em museus, a partir da experiência de 13 anos de atuação no Museu da Imagem e do Som de Campinas, SP. A hipótese central é a de que tal especificidade se encontra não nos conteúdos relacionados aos acervos museológicos, mas no próprio aprendizado que se produz por meio do envolvimento ativo no fazer o museu. Dessa forma, a Educação Museal se dá no âmbito das museologias participativas e, assim, pode ser investigada desde a Sociomuseologia ou Museologia Social. Esta pode ser definida como um campo de estudos e ação social comprometido com a promoção da dignidade humana, a justiça e o exercício do direito à memória, à cultura e à comunicação, dedicado a promover a socialização dos meios de produção e gestão do patrimônio integral de uma comunidade, e que se caracteriza pela natureza partilhada e inclusiva de suas práticas e concepções.

Ao longo da investigação, algumas contradições foram emergindo e adquirindo

¹ GT 4: Perspectivas epistemológicas, vivências e outras racionalidades: implicações e desafios para o fazer científico contemporâneo.

² Especialista Cultural no Museu da Imagem e do Som de Campinas, doutoranda em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa, Portugal), Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. E-mail: ju.de.siqueira@gmail.com.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

contornos nítidos, propondo questões a serem enfrentadas. A primeira delas tem a ver com o terreno da pesquisa, o Museu da Imagem e do Som de Campinas, considerado em sua inserção histórica no tecido social da cidade e na sua articulação com movimentos socioculturais que possuem na memória o substrato principal de suas dinâmicas culturais vivas, integrais. Admitindo que as políticas públicas de memória, museologia, patrimônio e cultura são instrumentos significativos por meio dos quais a ação coletiva se legitima e estrutura socialmente, temos de nos interrogar por que essas diferentes iniciativas – institucionalizadas ou não – permanecem à margem da consideração do poder público, a despeito de produzirem inumeráveis benefícios sociais e contarem com reconhecimento nacional e, em alguns casos, internacional. A literatura sobre a Sociomuseologia, ao conceber a função social do museu – entendido de modo abrangente – de forma vinculada à promoção do desenvolvimento local não endereça adequadamente essa problemática, na medida em que as estratégias desenvolvimentistas municipais passam ao largo das iniciativas comunitárias de memória, indo em muitos casos, numa direção oposta, levando-as a se constituírem como ações de resistência. A questão parece um beco sem saída, a menos que, buscando a gênese desses movimentos e da ação do MIS, adotemos uma mirada decolonial. Aí, poderemos compreender que a emergência desses atores se dá para além das “linhas abissais” da cidade, traçadas e constantemente redefinidas em seus processos de modernização, e que implicam dinâmicas de atualização da colonialidade e da exclusão sobre múltiplas dimensões – o poder, o saber, o ser, o gênero, a natureza, mas também a memória. Em decorrência desse entendimento, a pesquisa faz um convite à Sociomuseologia: o de incorporar as contribuições teóricas do Giro Decolonial Latino-Americano – pensamento ligado ao grupo Modernidade/Colonialidade – para atualizar, situar geo/corpo-politicamente e fertilizar a discussão sobre a descolonização dos museus, posta em pauta desde o final dos anos 1960.

A segunda questão emergiu com a consolidação teórica do objeto e diz respeito

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

aos conceitos de museu, educação, aprendizagem e produção de conhecimento coerentes com a formulação da tese e com o campo prático da investigação. O entendimento da educação como processo de construção de conhecimento que se desenvolve ao longo da vida por meio da convivência e do fazer socialmente partilhado levou-me a atentar para os fundamentos filosóficos/epistemológicos mesmos subjacentes ao que se entende por musealização ou o conceito de “fato museal” – a relação profunda entre o homem e o objeto no espaço institucionalizado do museu, conforme Waldisa Rússio Guarnieri (2010, p. 123), ou entre a comunidade e o seu patrimônio, em um dado território, como propõe a Nova Museologia. Qual a natureza dessa relação? O que a define? Como podemos entendê-la de maneira ampla o bastante, mas ainda assim, específica, para que se possa conceber em pé de igualdade e legitimidade a ação comunitária e o museu institucionalizado? Assim, como objetivo específico, a investigação se propôs a construção de uma compreensão intercultural da Museologia e da Educação em Museus, elegendo, dentre as Epistemologias do Sul, o Bem-Viver e o Ubuntu, além da Biologia do Conhecer, como referências para este empreendimento, cujos resultados iniciais se mostraram promissores.

É neste momento que o desenho metodológico da investigação se fez repensar. Foi preciso recorrer a um método lógico capaz de entrelaçar uma teoria do conhecimento reconhecida como científica – a Biologia do Conhecer, sistematizada por Humberto Maturana e Francisco Varela – e um campo (inter/trans)disciplinar consolidado das Ciências Sociais Aplicadas – a Sociomuseologia – às chamadas “Epistemologias do Sul”, nas quais muitas vezes se enraízam as práticas comunitárias, e que historicamente têm sido desconsideradas e inferiorizadas em relação ao paradigma moderno/ocidental. Promover esse diálogo respeitosamente, sem traduzir – e, portanto, reduzir – as Epistemologias do Sul aos termos e categorias do pensamento ocidental tornou-se possível na medida em que assumimos a Analética de Enrique Dussel (1980), formulada em sua Filosofia da Libertação Latino-Americana, como caminho para a interpretação da

realidade.

A Filosofia da Libertação dusseliana provê um método adequado para o pensamento e a ação intercultural transformadora, entendendo que teoria e prática são inextrincáveis. Seu ponto de partida é a crítica à categoria do Sujeito e ao fundamento ontológico da filosofia ocidental, propondo em seu lugar a Ética ou Metafísica como princípio do pensar. Aqui, a Metafísica é tomada como a relação com a transcendência do Outro que está além do Ser ou do mundo europeu. Essa posição de Dussel segue a do filósofo lituano Emmanuel Levinas (1988), que já havia demonstrado o totalitarismo da Ontologia, ao revelar seu papel justificador da violência, da dominação e da injustiça. Na medida em que o discurso do Ser não concebe nada fora da Totalidade, ele produz o fechamento ao Outro, a anulação da alteridade e da exterioridade, exigindo que toda diversidade tenha de caber no Todo, isto é, no Mesmo (RODRIGUES, 2008). A consequência dessa forma de pensamento é a objetificação de quaisquer sujeitos que penetrem nos domínios desse Ser (PANSARELLI, 2002) – ou, mais precisamente, daqueles contra os quais o Ser investe, em seu movimento expansionista e colonizador. É contra essa agressão que se levantam a Filosofia da Libertação de Dussel e o método Analético.

O termo “analético” faz referência à analogia, isto é, à relação de similitude entre o Ser e o Outro. Segundo González San Martín (2014, p. 50), o “ana-logo” também pode ser compreendido como o que está mais além do *logos*, a palavra que excede o sentido do mundo e o interpela. Assim, a Analética afirma a exterioridade do Outro, a sua irreduzibilidade ao Mesmo e a sua intradutibilidade aos termos deste. Admite-se, dessa forma, a existência de multiversos, horizontes de sentido para além do conhecido pelo Ser, diante dos quais cabe simplesmente a aceitação e a escuta. Conforme Andino (2015), é justamente essa opção ética pela aceitação radical do Outro que faz da Analética um meio para se por em diálogo métodos científicos, não científicos e até mesmo não teóricos, gerando uma práxis intercultural.

A Analética é, para Dussel, um método crítico libertador, um momento da Dialética

marxista que nega a negação e afirma a exterioridade a partir da qual se pode erigir uma ordem social verdadeiramente nova. O movimento histórico surge, assim, do encontro com o Outro livre, com sua palavra e revelação. Sua *proximidade* é o que deflagra, desde o reconhecimento da distinção, uma epifania coletiva, partilhada por uma família, uma classe social, um povo, uma geração, um gênero, uma época ou mesmo a humanidade. Assim, a relação intersubjetiva, isto é, a práxis, é a condição de realização do método Analético e o *saber ouvir*, o seu momento-chave. Pensado desde a alteridade, o Ser é um sujeito posicionado, localizado, corporificado, situado em redes de relações. Das interações humanas decorrem as tensões que permitem descortinar concretamente o Ser e o Outro, abrindo-se a possibilidade da leitura do mundo. Em outras palavras, a posicionalidade inerente à proximidade não é um obstáculo ao pensamento, mas sua condição de possibilidade. Desde sua experiência socialmente produzida é que os Seres/Outros realizam o exercício teórico de categorização e articulação discursiva. É sob esse ponto de vista que pretendemos pensar a Museologia Social: a partir da distinção entre práticas de criação e preservação cultural próprias das comunidades, e não apenas segundo o cânone moderno.

A intersubjetividade implícita na Analética pode ser enriquecida pela noção de “*nosotrificação*”, presente na filosofia Maya-Tojolabal e identificada por Carlos Lenkersdorf (2005) por meio de sua longa convivência com esse povo habitante da região de Chiapas, México. Os tojolabales, como portadores de uma cultura codificada não graficamente, mas em signos sonoros, possuem o que poderíamos mais bem nomear “*cosmoaudição*”, uma concepção de mundo baseada no escutar. A própria forma como se designam não se baseia na língua que falam, o que comumente acontece, mas na que escutam. “*Tojol*” quer dizer “reto” e “*Ab’al*”, “língua escutada”. Tojolabales se definem, portanto, como povos que cumprem sua vocação quando escutam. Esse modo intersubjetivo de conceber a vida se manifesta no exercício de sua gramática. Em vez de construir suas frases utilizando a estrutura “sujeito-verbo-objeto”, os tojolabales o fazem

concebendo dois sujeitos, dois verbos e nenhum objeto. Cada sujeito possui uma função ou atividade: ora vivencial, ora agencial. Em nenhum dos casos, há passividade ou dominação, mas alternância, reciprocidade e complementaridade. Produz-se, assim, uma diversidade de sujeitos que compõem uma realidade “*nosótrica*”, “*Ke’ntik*”, em que o “*nós*” mantém-se plural, não exige a redução das distinções, a unificação ou nivelamento das diferenças – ainda assim, sem gerar oposição ou competição.

A partir do que foi dito, podemos depreender que uma educação museal “*nosótrica*”, intercultural, implica já não apenas a apropriação dos meios de produção e preservação do patrimônio cultural pelas diferentes comunidades, isto é, dos saberes museológicos consagrados. Antes, ela pode ser a via de mão dupla que se constrói na aproximação não-violenta às comunidades, na sua escuta, no reconhecimento de suas dinâmicas culturais vivas e suas pedagogias específicas, decoloniais. É um aprendizado e uma libertação para todos os envolvidos, na medida em que significa o desentranhamento da Totalidade colonizadora, em que cada partícipe reconquista a própria palavra – dita e escutada respeitosamente. Nessa mirada, a Educação Museal é, inerentemente, uma práxis comunicativa e informacional, se entendermos por informação não a mera transmissão de dados, mas a significação dos mundos, sua poiesis. Nesse sentido, é um trabalho desalienante, construtor de consciência coletiva e ação social.

A título de considerações finais, podemos afirmar que, para além da pesquisa em andamento, a Analética de Dussel oferece um caminho válido para a investigação e a ação intercultural em Sociomuseologia. Ela nos convida à aproximação das realidades Outras, permite o estabelecimento de relações verdadeiramente dialógicas e respeitadas entre profissionais e comunidades, práxis caracterizadas como um trabalho de solidariedades mútuas que vão compondo a poiesis de novos mundos possíveis. Ademais, ela possibilita interpretar as realidades abissais latino-americanas, a cujos paradoxos e contradições a teoria museológica atual – concebida nos termos da Totalidade vigente,

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 2, n. 1, 2018.

ainda que sob um viés crítico – não tem oferecido respostas satisfatórias. Trata-se, portanto, de um método adequado para a produção de um conhecimento geopoliticamente situado e que, outrossim, pode contribuir na fertilização da Museologia por meio do reconhecimento da pluriversidade de horizontes de sentido e ação para as práticas sociais de memória e patrimônio.

Referências

ANDINO, Cristian. Consideraciones en torno a la cuestión del método en la filosofía de la liberación de Enrique Dussel. *Analéctica. Revista Electrónica de Pensamiento Crítico*. Ano 1, n. 11, Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.analectica.org/articulos/andino-metodo>>. Acesso em 14 abr. 2017.

DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da Libertação*. São Paulo, Piracicaba: Edições Loyola, Editora Unimep, 1980.

GONZÁLES SAN MARTÍN, Patricia. La filosofía de la liberación de Enrique Dussel: una aproximación a partir de la formulación de la analéctica. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas*, v. 16, n. 1, Mendoza, Dez. 2014, p. 45-52. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-94902014000200004>. Acesso em 18 jul. 2017.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. V. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do ICOM, 2010, p. 123-126.

LENKERSDORF, Carlos. *Filosofar en clave tojolabal*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2005.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1988.

PANSARELLI, Daniel. A filosofia dusseliana da libertação e sua ética. *Revista Urutagua*, Ano I, N. 4, Maringá, Maio 2002. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/04fil_daniel.htm>. Acesso em 18 jul. 2017.

RODRIGUES, Ubiratane de Moraes. Levinas: uma proposta crítica ao primado da filosofia ocidental. *Kairós: Revista Acadêmica da Prainha*. Ano V, N. 1, Fortaleza, Jan/jun. 2008, p. 203-213. Disponível em: <<http://www.catolicadefortaleza.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/14.Ubiratane-LEVINAS-e-a-ontologia-formatado-corrigido-ok.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2017.